

O plano municipal de convivência com o Semiárido como instrumento discursivo: um estudo de caso no sertão de Pernambuco, Brasil

A municipal plan to coexist with the semiarid climate as a discursive tool: a case study in backlands of the state of Pernambuco, Brazil

El plan municipal de convivencia con la región semiárida como instrumento discursivo: un estudio de caso en el “sertão” de Pernambuco, Brasil

Shana Sampaio Sieber^a

Ramonildes Alves Gomes^b

^a*Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Paraíba, Brasil
End. Eletrônico: shanasieber@yahoo.com.br*

^b*Professora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Paraíba, Brasil
End. Eletrônico: rnildes@hotmail.com*

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18787

Recebido em 16.05.2016

Aceito em 19.10.2016

ARTIGO

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de legitimação do paradigma da convivência com o semiárido por meio da análise da construção de um Plano Municipal de Convivência, no município de Serra Talhada (Sertão de Pernambuco), em 2014. O exercício metodológico privilegiou a observação de eventos, a análise de documentos e entrevistas com atores diversos, que acessavam a temática da convivência no seu campo de atuação. Os resultados demonstraram que o discurso da convivência é enunciado pelo protagonismo da sociedade civil, mas na prática experimenta uma confluência perversa com o Estado, reduzindo princípios de transformação social à reprodução de velhas práticas de combate à seca. A configuração de um Plano Municipal parece funcionar como instrumento discursivo para legitimar as ações do Estado, em torno de um paradigma que nada mais é do que um projeto político de modernização para o semiárido.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido. Estado. Políticas Públicas. Sociedade Civil. Serra Talhada.

ABSTRACT

This article examines the legitimation of the paradigm of coexistence with the semiarid climate. It is based on the study a Municipal Plan for Coexistence with the Semiarid, drafted in 2014 for the municipality of Serra Talhada (in the interior of the state of Pernambuco). The methodology focused on the observation of meetings and events, on document analysis and on interviews with managers and stakeholders who dealt with the theme of coexistence in their fields. Results showed that the discourse of the coexistence emphasizes a leading role for civil society, but in practice it was found that there is a perverse confluence with the state. This transforms principles of social transformation into the reinstatement of old practices used to fight droughts. The configuration of the municipal plan under examination seems to work as a discursive tool intended to legitimize state actions that follow a paradigm that amounts to a political project for the modernization of the semiarid region.

Keywords: Coexistence with the Semiarid. State. Public Policies. Civil Society. Serra Talhada.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el proceso de legitimación del paradigma de la convivencia con la región semiárida mediante el análisis de la construcción de un Plan Municipal de Convivencia, en el municipio de Serra Talhada (“Sertão” de Pernambuco), en 2014. El ejercicio metodológico se centró en la observación de eventos, análisis de documentos y entrevistas con diversos actores, que acceden a la temática de la convivencia en su campo de actuación. Los resultados mostraron que el discurso sobre la convivencia está enunciado por el protagonismo de la sociedad civil, pero en la práctica experimenta una confluencia perversa con el Estado, reduciendo principios de transformación social a la reproducción de viejas prácticas de lucha contra la sequía. La configuración de un Plan Municipal parece funcionar como una instrumento discursivo para legitimar las acciones del Estado, en torno a un paradigma que no es más que un proyecto político de modernización de la región semiárida.

Palabras clave: Convivencia con la región semiárida. Estado. Políticas Públicas. Sociedad Civil. Serra Talhada.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o tema da convivência com o semiárido vem sendo incorporado às políticas públicas direcionadas para o Nordeste brasileiro, conformando uma relação entre a sociedade civil e o Estado na busca de alternativas às secas periódicas e ainda persistentes – a mais recente, e que ainda perdura, teve início no ano de 2012. Da ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ocorrida em 1993 no município de Recife, que resultou em “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”, à consolidação do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC), em 2003, uma parceria entre a sociedade civil e o Estado seria colocada em prática, trazendo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) como protagonista, representante de uma sociedade civil organizada, que assumiria a centralidade das ações da convivência com o semiárido.

Este processo, denominado por Diniz e Piroux (2011) de “experimentalismo institucional”, teria sido motivado por uma conjuntura política favorável posta em prática a partir do Governo de Luiz Inácio da Silva, o Lula, em 2003, que se expressa no diálogo entre a sociedade civil e o Estado. A partir daí, o cenário no qual a convivência com o semiárido se desenvolve reforça a crença nas políticas e planos nacionais, estaduais e municipais, que se tornaram marcas de um paradigma, típicas de uma cultura de fazer planos que ignora o processo de implementação (OLIVEIRA, 2006). O esforço da sociedade civil nesse sentido pode ser observado no trecho abaixo:

As perspectivas aqui indicadas são o fruto da retomada da mobilização da sociedade civil em torno da luta incessante pela construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, que envolva governo e sociedade. (...) Acreditamos profundamente que tal propósito somente pode ser alcançado pela ampla

mobilização da sociedade e dos governos nos níveis federal, estaduais e municipais em torno de uma plataforma de ações permanentes e articuladas, a partir de um Plano Nacional e Planos Estaduais de Convivência com o Semiárido (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 5-6).

O município de Serra Talhada, situado no sertão do estado de Pernambuco (Brasil), constitui a referência empírica para o caso estudado. Com a “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido”, ocorrida em março de 2014, legitimava-se um diálogo entre a sociedade civil e o Estado, fundamentado na trajetória do movimento sindical local apoiado pela Igreja Católica. Nesse cenário, emergiram lideranças políticas e organizações não governamentais (ONGs) importantes para a mediação do discurso da convivência com o semiárido no interior do estado, a partir da crítica às políticas de combate à seca.

O Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada é uma referência nesse processo, que se desenvolve a partir de um paradigma discursivamente protagonizado pela sociedade civil e mobilizado pelo Estado¹. O objeto deste artigo nasce dessa confluência, que se configura no engajamento político da sociedade civil e a sua incorporação pelo Estado em torno do paradigma da convivência com o semiárido. Entendemos a convivência com o semiárido como uma construção paradigmática que mobiliza o discurso contemporâneo da sustentabilidade e do desenvolvimento em contraposição ao paradigma do combate à seca e da modernização econômica do semiárido. Por meio do paradigma da convivência tem-se uma nova orientação estratégica para intervenção em determinada realidade, pautada na busca constante de aprendizados para conviver com as especificidades ambientais do semiárido, por meio de referenciais como: tecnologias apropriadas de captação e armazenamento de água, tecnologias alternativas de produção, manejo sustentável da Caatinga e educação contextualizada (SILVA, 2006; 2007).

Nossa intenção é problematizar o diálogo estabelecido entre uma “sociedade civil ativa e propositiva e um Estado interventor”, por meio do processo de elaboração de um Plano Municipal para a Convivência e, no qual o próprio discurso expressa os princípios da convivência, mas na prática desenvolve o que estamos chamando de *confluência perversa*. No espaço social desenhado para elaboração do Plano, as alternativas sustentáveis e incluídas, a democratização do acesso aos meios necessários à produção, o protagonismo e a participação da sociedade civil, destacados por Silva (2007), ficam à mercê do clientelismo e da manipulação eleitoral.

A categoria *confluência perversa* é utilizada neste texto com base na compreensão de Evelina Dagnino (2002, 2004), enquanto fenômeno que se constitui em um campo minado de interlocução entre dois processos distintos associados a dois projetos do Estado igualmente distintos. O primeiro diz respeito à estratégia do Estado para implementação do ajuste neoliberal, em que emerge um Estado mínimo, isento de responsabilidades sociais, que passa a transferir responsabilidades para a sociedade civil. E o segundo, um projeto democratizante e participativo que emerge em oposição ao regime autoritário e, que a partir da Constituição de 1988, busca consagrar o princípio de participação da sociedade civil, e da criação de espaços públicos (por meio da criação de conselhos gestores).

Partimos da hipótese de que o paradigma da convivência está sendo gestado em uma confluência perversa com o Estado, na medida em que velhas práticas de combate à seca são ressignificadas, sob o mantra de um movimento democrático capaz de produzir deslocamentos de sentidos confluentes em referências comuns (DAGNINO, 2004). Essa perversidade se expressa na construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido do município de Serra Talhada, em que se constata a confluência de interesses do Estado e da sociedade civil, em torno de um projeto político que na prática transforma o discurso da convivência em um projeto considerado contrário aos princípios defendidos pela própria sociedade civil, no caso as políticas de combate à seca. Assim, práticas já experimentadas de combate à seca, como a construção de açudes e barragens, ou a construção da grande irrigação como os centros dinâmicos de fruticultura irrigada – a exemplo de Petrolina.

O Estado, entendido aqui como governo municipal, representado pela Secretaria da Agricultura Familiar do município de Serra Talhada, passa a ser orientado por um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido que pretende ser protagonizado pela sociedade civil. Dito isso, o caso empírico nos instiga a refletir sobre as eventuais consequências do discurso libertário da convivência que direcionou as ações no município de Serra Talhada, produzindo mudanças, continuidades e descontinuidades.

O SERTÃO DE PERNAMBUCO: LÓCUS DA PESQUISA EMPÍRICA

O município de Serra Talhada, localizado no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil), situa-se a uma distância de 410,7 km da capital, Recife, e se destaca como a mais extensa e populosa cidade da microrregião do Pajeú, com 79.232 habitantes distribuídos em nove distritos, apresentando baixa densidade populacional, com a existência de vastos espaços rurais pouco povoados, compreendendo uma área de aproximadamente 2.952,8 km², cerca de 34% da área total (IBGE, 2010). Destes, 61.275 habitantes (77,3%) ocupam a área urbana e 17.957 (22,7%) as áreas rurais (BRASIL, 2010). O município vem sendo palco de eventos significativos no que tange ao paradigma da convivência com o semiárido, tendo como ações importantes os trabalhos do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Prorural e do Centro de Educação Comunitária Rural – Cecor.

Conhecida como terra de coronéis, região do cangaço, do banditismo e do coronelismo, Serra Talhada orgulha-se de ser o lugar onde nasceu Lampião. Contudo, é recorrente escutar na rádio local, ou ler nos jornais e principais *blogs* da região, notícias de assassinatos em série, envolvendo disputa política e desavenças familiares. Ao mesmo tempo, há uma trajetória relevante dos movimentos sociais e das organizações não governamentais que operam no município de Serra Talhada e entorno, assim como do sindicalismo rural, que tem como entidade central, o Polo Sertão Central da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), com sede no município. Em Serra Talhada nasceu e viveu um dos personagens mais importantes para os movimentos sociais da região: Manoel Santos, que passou de agricultor à presidência de entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, a Fetape, a Contag e a Secretaria Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi também dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores – PT de Pernambuco e deputado estadual, até a sua morte, em 2015.

Nesse contexto, a construção de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em plena época de seca é de extrema importância para o município, tendo como referência a “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido”, realizada no dia 27 de março de 2014, que teve como intenção sistematizar as discussões oriundas das cinco Pré-Conferências anteriores (“Pré-Conferência da juventude”; “Pré-Conferência da mulher agricultora, trabalhadora rural”; “Pré-Conferência de educação do campo, pesquisa e extensão rural”; “Pré-Conferência das cadeias produtivas”; “Pré-Conferência de recursos hídricos”), de forma participativa, com a mediação do então assessor do deputado estadual de Pernambuco, Manoel Santos, liderança sindical importante para o município. Apesar de Manoel Santos não estar presente na Conferência, os participantes receberam um folheto que fazia referência ao apoio do deputado aos movimentos e organizações da sociedade civil, enquanto protagonistas das “Diretrizes para a Convivência com o semiárido”.

A discussão iniciada na Conferência teve sua continuidade no “IV Seminário Neppas: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco” (Núcleo de Estudos e Práticas Agroecológicas de Serra Talhada – Neppas) em abril de 2014, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/Uast), com espaços para discussão sobre a convivência com o semiárido e uma plenária mobilizada para debater sobre o Plano Municipal. Nesse momento foi possível observar como o Plano Municipal de Convivência foi sendo tratado no município de Serra Talhada, logo após a Conferência Municipal.

É importante destacar que nós não tivemos acesso ao documento sistematizado na Conferência. Conseguimos analisar apenas as demandas apresentadas nas Pré-Conferências. Até o mês de outubro de 2016, o Plano, devidamente corrigido na Conferência, não estava em posse da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada.

Além das informações documentais e das observações, foram feitas entrevistas utilizando roteiros semiestruturados. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos atores, que de alguma forma estão envolvidos com o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada. Foram feitas seis entrevistas, compreendendo instituições representativas da sociedade civil e do Estado, a exemplo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), ONGs (a exemplo do Cecor), a Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

(UFRPE/Uast), o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), a Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada e o Prefeito do Município. As entrevistas foram fundamentais para compreender como o Plano Municipal de Convivência está sendo apropriado, indicando certa omissão da Secretaria para sua concretização.

DAS POLÍTICAS DE COMBATE À SECA AO PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Transformar Serra Talhada em uma nova Petrolina já era a intenção dos gestores na época da construção da barragem de Serrinha, na década de 1980, gerando a indignação dos trabalhadores rurais diante das obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), que não estavam cumprindo com as indenizações acordadas. Ante a esse contexto, os “atingidos pela barragem”, coordenados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), fizeram paralizações, consideradas um marco na trajetória do movimento sindical no município de Serra Talhada, diante das políticas de combate à seca. Este é só um exemplo das lutas que marcaram a trajetória do movimento sindical rural do município de Serra Talhada, envolvendo diferentes bandeiras e reivindicações em um período de estiagem que perdurou cinco anos (1979-1984), distinguido pelos saques históricos que aconteceram na região, pela luta incessante das mulheres por espaço nos sindicatos, pela luta dos Travessões, com destaque para o Travessão de Caiçarina da Penha contra grandes proprietários criadores de gado, e pela luta dos trabalhadores rurais da Barragem de Serrinha. Todas essas lutas representaram formas de indignação lideradas e organizadas pelo STR de Serra Talhada e pela Fetape, com o apoio da Igreja Católica, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira.

Assim, o movimento de organização dos trabalhadores rurais foi amadurecendo e se configurando em uma referência que seria fundamental para o que se tem hoje conhecido como significado político da convivência com o semiárido. A sistematização de uma crítica aos políticos e às políticas de combate à seca se consolidaria, entre a demanda de políticas emergenciais, a construção de barragens e a denúncia do modo de condução dessas ações, para a sistematização de um plano elaborado pela sociedade civil e executado pelo Estado de forma permanente, ou seja, as “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro” (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993).

O Ato Público da ocupação da Sudene foi emblemático para esse movimento. De acordo com Diniz (2007), a ocupação da Sudene entre os dias 10 e 13 de maio de 1993, culminou no “Fórum Nordeste”, responsável por coordenar uma reflexão sobre os problemas vivenciados no semiárido nordestino, resultando no documento de Ações Permanentes. Pensados no âmbito do Fórum Seca (1989-1996), que pretendia ser uma articulação permanente entre diversas entidades de assessoria (ONGs), trabalhadores rurais e pesquisadores – sob a coordenação do Movimento Sindical e ONGs importantes no estado de Pernambuco e na região de Serra Talhada, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e o Projeto Tecnologias Alternativas/Centro Josué de Castro (PTA/CJC) –, o Ato de ocupação da Sudene e o próprio Programa de Ações Permanentes (“Programa Permanente de combate aos efeitos da seca”) significariam o começo da sistematização de uma grande crítica às políticas de combate à seca carregando toda a trajetória de luta do movimento sindical ante o Estado (FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA – FÓRUM SECA, 1991; RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1997).

O que pretendemos resgatar com esses eventos históricos é o movimento que a sociedade civil faz em direção ao Estado e que tem como marco oficial o P1MC, e que tem continuidade na construção de Planos Estaduais e Municipais de Convivência com o Semiárido no âmbito do estado de Pernambuco. Essas experiências refletem um movimento constante da sociedade civil para o Estado configurado em torno do significado político da convivência com o semiárido.

Para Diniz (2007) o significado político da convivência diz respeito a uma (re)definição das práticas de intervenção pública em que a superação da dependência e da sujeição política fosse desenvolvida por meio da ruptura do sistema de clientela. Está associado ao experimentalismo institucional que o governo vem praticando e se dispendo a compartilhar com a sociedade civil, a exemplo da ASA – Brasil, com o P1MC, que para o autor é capaz de deixar mais claro os campos de ação do Estado e da sociedade civil, permitindo uma melhor configuração de seus papéis.

Mas acreditar que um plano municipal traga por si só um significado prático para o discurso da convivência é o que torna a discussão posta neste artigo pertinente, uma vez que, de um lado temos as ONGs que já vêm trabalhando a convivência com o semiárido em seu campo de atuação; e do outro o Estado, que se coloca como uma referência simbólica alternativa. No Brasil, os programas de ação pública estão sendo realizados por meio da integração de um sistema de relações intergovernamentais e de parcerias com a sociedade civil. A implementação do programa ou da política modifica o seu desenho original, pois ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação em que os implementadores fazem a política segundo suas próprias referências (ARRETCHE, 2001).

É certo que até a sua implementação efetiva, as modificações que a construção da política pública incita as tornam características estruturantes do processo, na cadeia de relações entre formuladores e implementadores situados em diferentes posições na máquina governamental, de acordo com Arretche (2001). Entretanto, nos deparamos com uma confluência perversa entre dois projetos supostamente distintos, o combate à seca e a convivência com o semiárido, mas na prática se apresentam uníssono, conforme alertado por Dagnino (2004), entremeados em um núcleo do Estado que se torna lento e contraditório, diante da permanência de formas assistenciais e clientelistas da gestão municipal, convergidas em torno de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA EM QUESTÃO

A construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido para o município de Serra Talhada em 2014 trouxe para nossa reflexão evidências relevantes para a compreensão da convivência com o semiárido viabilizada no município. Mantendo um discurso fundamentado no ideário dos movimentos sociais, o Plano se constituiu em uma parceria entre diversas entidades, que via a Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada uma base propulsora para alavancar a política.

Com o interesse do Estado na criação de planos municipais de convivência com o semiárido, as propostas da sociedade civil conseguiam espaço na agenda pública do município, direcionando o diálogo entre as instituições competentes, práticas produtivas, relações sociais e institucionais, caracterizado por um caráter coletivo e participativo. De acordo com as informações obtidas nas entrevistas e na Conferência, podemos perceber que o Plano Municipal de Convivência de Serra Talhada parece se constituir em uma parceria entre Estado, com a representação da Secretaria de Agricultura Familiar e da prefeitura, e sociedade civil, representada por ONGs, escolas técnicas, sindicatos, movimentos sociais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que se constitui enquanto espaço central para mediação.

Para o município de Serra Talhada esse tipo de experimentalismo institucional, para utilizarmos a expressão de Diniz (2007), produzia uma dinâmica complexa na perspectiva da convivência com o semiárido, atravessado por velhos e novos paradigmas. Com esse formato, uma variedade de interesses poderia convergir no Plano Municipal levando para a arena estatal a demanda da sociedade civil e, sobretudo, da própria prefeitura, aproveitando-se das práticas já consolidadas das organizações não governamentais, em confluência com os gestores públicos.

Nesse sentido, as demandas do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido seguiram os cinco eixos das Pré-Conferências já mencionados neste texto, incentivo às ações de educação do campo, juventude rural, mulheres trabalhadoras rurais, cadeias produtivas e recursos hídricos, perpassando medidas de construção de infraestrutura, tecnologias de armazenamento e abastecimento de água,

construção e recuperação de açudes de médio e grande porte, miniadutoras, perfuração de poços, serviços gerais, legalização de propriedades, acesso a crédito, serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), ampliação de mercado etc.

A preocupação em garantir condições favoráveis para a permanência do agricultor no campo é o que move a demanda do Plano Municipal por meio das diferentes temáticas validadas pela arena pública da Conferência. Educação do campo, agroecologia, economia solidária, agricultura familiar e camponesa, reforma agrária, gestão de água, cidadania e convivência com o semiárido (na perspectiva trabalhada pela ASA) são incentivadas em processos de articulação, formação, capacitação e mobilização, envolvendo as associações comunitárias rurais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Assim, além de trazer para discussão novas demandas, o Plano contou com articulações institucionais e políticas públicas, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Semiárido), consagrando as políticas já conduzidas no município, no âmbito da agricultura familiar.

A sistematização do plano vai legitimar o interesse de cada ator, com suas perspectivas e experiências. O formato da Conferência possibilitou a abertura de um canal de participação institucional, que de acordo com Dagnino e Teixeira (2014) visa promover o diálogo e o intercâmbio entre representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de propostas para áreas políticas específicas e estratégicas. Mas o que de antemão podemos perceber é que a transferência desses interesses (de diferentes atores e diferentes perspectivas) parece ser automatizada na sistematização “participativa”. Para nós, esse processo já parece se constituir em uma confluência perversa com o Estado, na medida em que o próprio discurso da participação começa a ser utilizado mecanicamente, sem uma atenção mais direcionada para o projeto beneficiado, a saber, os projetos de modernização típicos das políticas de combate à seca. Assim, o desenvolvimento de cadeias produtivas modernizadas, caprinovinocultura, apicultura, piscicultura e até mesmo a bovinocultura de leite, passa a integrar as ações demandadas no Plano Municipal de Convivência com o semiárido, doravante publicizado como discurso de convivência.

Essas propostas foram apresentadas por representantes de organizações públicas e não públicas e por movimentos sociais que se mostram interessados em conhecer melhor os aspectos de todos os segmentos das cadeias produtivas de ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura de leite e da agricultura familiar (avicultura, horticultura, fruticultura, etc.). O atendimento de tais demandas requer ações integradas e processuais entre as secretarias municipais, gestores do IPA, do Sebrae, do Itep, da Escola Técnica Estadual (ETE), da Adagro e de organizações não governamentais, presidentes de associações comunitárias rurais e representantes de movimentos sociais (PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2014).

Incentivar a criação de espécies adaptadas à região semiárida é uma retórica presente no discurso da convivência com o semiárido que também aparece no Plano Municipal, mas não é discutida, trabalhada, mas apenas adaptada ao formato desejado pela prefeitura que torna a convivência com o semiárido um projeto político municipal, um projeto de modernização e desenvolvimento (CUNHA; PAULINO, 2014).

O fato é que canalizar ações para cadeias produtivas no município de Serra Talhada envolve um conjunto de situações que fogem das perspectivas assumidas por um paradigma que se pretende sustentável e democrático. Orientar a piscicultura nos açudes do Saco e de Serrinha, por exemplo, envolve uma bagagem de tecnologias sociais, políticas e ambientais que se distanciam da lógica da convivência com o semiárido até então discutida. Tecnologias modernas baseadas em tanques-rede perfazem a piscicultura de interesse dos gestores, gerando conflitos pelo uso da água. Os conflitos ficam cada vez mais evidentes, com a situação de contaminação das águas da Barragem de Serrinha, diagnosticada no ano de 2015, deixando a população à mercê de doenças e do controle institucional, diante da proibição da pesca e uso da água da barragem.

Até mesmo a crítica à bovinocultura e ao agronegócio, enfatizada no discurso da convivência consegue ser camuflada por uma confluência de interesses que tornam perversos o seu resultado prático. A convivência com o semiárido se esmera em valores e padrões de produção outros, com princípios da economia solidária, para estratégias agroindustriais pautadas em cadeias produtivas; o Plano de

Convivência é legitimado em um caminho ambíguo. A narrativa do prefeito do município de Serra Talhada demonstra o interesse da sua gestão nesse processo.

Qual a lógica do rural, não é fortalecimento de arranjos? Qual a grande ferramenta pra fortalecer o rural? Água! Quais são as duas ferramentas que a gente precisa do rural pra melhorar a vida do homem do campo? Uma máquina pra perfuração de poços, já conseguimos, tá só esperando a caixa econômica liberar. Então com essa máquina de perfuração de poços nós vamos montar pequenos sistemas de abastecimento de água, pequenas irrigações, com isso a gente vai poder fortalecer todas as cadeias e arranjos produtivos. Produção de pequenos animais, hortaliças, não é, de algodão, de milho, feijão, mandioca, e segundo, com a patrulha que a gente já tem, que Dilma deu aí pra fazer esse tipo de trabalho, não é? E o terceiro, é o trabalho de fortalecimento dos arranjos que a gente já vem fazendo. Cadeia de algodão, cadeia de mandioca, cadeia do leite e palma, suporte alimentar. (Prefeito do município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Reduzir a complexidade da convivência com o semiárido à lógica do acesso à água não é o mesmo que implementar um novo paradigma civilizatório, orientado para a cultura do desenvolvimento sustentável e da melhoria das condições de vida e da redução da pobreza no campo. Contudo, novamente o problema da seca parece se resumir a obras e tecnologias, conformando interesses que se diferenciam das políticas de combate à seca das décadas de 50, 60 e 70 do século XX, talvez, apenas no tocante ao público-alvo, que deixa de ser o grande latifundiário e passa a ser o pequeno produtor, ou o agricultor familiar, pelo menos discursivamente.

A confluência perversa enfatizada por este trabalho se desenvolve justamente nessas ocorrências, arranando interesses tanto do Estado quanto da sociedade civil para a mobilização de um discurso que mantém práticas de combate à seca, reduzindo a convivência a um viés técnico, a exemplo das tecnologias de acesso à água e a obras hídricas, como açudes e barragens, modernizando tecnicamente certos sistemas produtivos, a exemplo das cadeias produtivas da caprinovinocultura, bovinocultura, piscicultura e da produção de algodão, manga e uva para exportação. Podemos exemplificar essa discussão na entrevista:

Não, olha, isso é uma questão governamental, uma questão de interesse de governo, de Secretaria. Eu sou secretário de Serra Talhada, perdão, sou não, estou secretário em Serra Talhada. Então eu tenho que defender e criar para o meu município. Só que queremos expandir e se os outros municípios interessarem nós queremos também que essas culturas, é, esses arranjos possam também se desenvolver em outros municípios, né, nós não queremos apenas pra gente. (...) Mas Serra Talhada foi a primeira cidade do estado de Pernambuco, eu não digo do Nordeste, mas de Pernambuco a ter o seu próprio plano, a ser ousado na cultura de algodão, da palma, criar o projeto de hortas orgânicas, tá certo, e até mesmo essa ousadia de trazer a uva para aqui também foi nossa. Desafio, isso é um desafio que estão tendo sucesso, né, eu acho que a gente, não apenas o movimento, e nem a pessoa individual, mas o governo, que tem que ser ousado. E nós tivemos a ousadia, o atrevimento de trazer de volta a cultura do algodão que nos anos 1980 era o ouro branco do Nordeste, e a praga do bicudo acabou. E nós tentamos, tivemos o atrevimento de experimentar novamente e trazer de volta e tá dando certo. O bicudo aqui na nossa região foi dizimado, acabou-se. Da mesma forma a questão da palma. Sim, e o algodão, além da gente ter a experiência, dois anos de experiência, e ter dado certo, nós já fechamos uma parceria com uma empresa da Espanha "Organic Cotton" pra exportar esse algodão no ano de 2015. Então a nossa ousadia é tanto que a gente já vai exportar esse algodão pra Espanha no próximo ano. E a questão da uva. Nossa região não é região de uva porque é seca, é semiárido, não tem água. Mas como eu disse, não tem água muito de chuva, mas no subsolo tem água. E nós temos regiões aqui que tem água boa, água potável. E fizemos uma experiência aqui numa comunidade, plantamos 300 pés de uva que deu uma safra enorme, muito boa. Então nós vamos expandir... E aqui nós temos uma comunidade de Caiçarinha da Penha, através do Ministério de Minas e Energia a gente perfurou um poço com 150000 litros de água mineral e nós iremos implantar esse projeto da uva também nessa comunidade. Então, Serra Talhada vai ser uma nova Petrolina (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).

Esse é um exemplo de como o discurso da convivência com o semiárido é apropriado particularmente pelos atores e se distancia dos objetivos e interesses iniciais, sendo capazes de reproduzir como convivência com o semiárido até mesmo projetos que reforçam a lógica do combate à seca, a ponto de transformar Serra Talhada em uma nova Petrolina. Os municípios de Juazeiro e Petrolina são referências importantes como perímetros de agricultura irrigada no semiárido brasileiro, considerados como polos dinâmicos do sertão pernambucano e baiano voltados para exportação (a exemplo da manga e da uva); contudo são também polos de concentração de riqueza, de poder e de pobreza (ARAÚJO; SILVA, 2013).

Os perímetros irrigados de Juazeiro e Petrolina representam o esforço do Estado (autoritário) para impulsionar o desenvolvimento regional, por meio de políticas voltadas para os interesses das oligarquias sertanejas, sobretudo com investimentos para modernizar a pecuária. De fato, a convivência com o semiárido vislumbra a construção de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que requer modificações profundas nas formas de conceber e explicar a realidade e de construir perspectivas alternativas para o presente e o futuro do semiárido nordestino.

No entanto, a permanência de práticas reducionistas e das soluções tecnológicas fragmentadas, além do utilitarismo economicista do combate à seca, conforme enfatiza Silva (2007), nos leva a questionar a apropriação da temática da convivência pelo Estado, na forma de um Plano Municipal. A convivência passa a ser tratada como uma questão governamental de interesse restrito do governo, em que o município de Serra Talhada reúne condições para a implantação de determinadas culturas e estratégias econômicas e sociais, mesmo em situações de grandes secas.

Para o secretário de Agricultura do município, todas as ações direcionadas para o campo, mesmo as grandes obras do governo federal, são materializadas sob a forma de convivência com o semiárido e têm na Secretaria da Agricultura um espaço com enorme capacidade de mimetização.

Isso foi criado aqui dentro da Secretaria, né. Quando eu tava em outras organizações eu sabia que isso deveria ser criado. Então não tinha a oportunidade. Eu tive quando eu cheguei aqui na Secretaria. Então nós conseguimos integrar todas essas culturas, botar em prática dentro do Plano de Convivência com o semiárido. (...). Algumas ações que algumas obras que vêm do Governo Federal, mas quando chega aqui todas as ações da Secretaria que é voltada pro campo, ela faz parte da convivência com o semiárido. Porque são estradas pra facilitar a locomoção dos agricultores até a cidade, melhoria de escola, perfuração de poços artesianos que são basicamente as ações que vão até a zona rural. Hoje a dificuldade maior é a falta de água aqui na comunidade. Então a gente consegue os recursos pra implantar essas ações: faz parte da convivência com o semiárido. Então, praticamente eu não conheço as ações que não sejam de convivência com o semiárido não. Tudo que a gente faz aqui praticamente é sobre a permanência da convivência com o semiárido (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).

Na prática, os projetos da Secretaria de Agricultura Familiar começam a ser traduzidos como estratégia concreta de convivência com o semiárido. O “Canteiro de Latada”, por exemplo, é um Programa Municipal voltado para a produção de verduras em quintais produtivos que foi contemplado pelo Plano Municipal, como demanda da Pré-Conferência da Juventude Rural e das Mulheres Trabalhadoras Rurais (PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2014).

Nesse sentido, as ações antes conduzidas pela própria Secretaria parecem estar sendo institucionalizadas no Plano de Convivência com o Semiárido, fazendo com que a Secretaria, enquanto representante do município, entre no jogo de disputa, como protagonista de um plano conivente com interesses da prefeitura, orientada para transferir suas responsabilidades com a sociedade. Essa estratégia, também identificada por alguns autores como Dagnino e Teixeira (2014), imputa que as ONGs passem a ser parceiras do Estado, engajadas em projetos sociais que trazem como referência, no caso, o discurso da convivência.

Para colocar o Plano de Convivência com o Semiárido em ação, a Secretaria teria que envolver a sociedade civil e reconhecê-la como protagonista. Mas na prática, a Secretaria da Agricultura continuou fazendo o que já compreendia o seu repertório de atividades, agora legitimado sob o crivo da convivência. E as ONGs continuaram executando suas atividades, orientadas para a convivência com o semiárido. Esse aspecto pode ser apreendido na seguinte entrevista:

Pesquisadora. “E por que você acha que Serra Talhada agora já entra com o Plano Municipal da Convivência com o Semiárido, por que você acha que isso aconteceu?”

Professor. “Porque o Governo do estado exigiu que cada município tivesse um Plano Municipal, fez, desencadeou, procurou a Universidade, a Universidade contribuiu, mas não leva adiante. Então eu vejo duas coisas. Eu vejo que enquanto na prática algumas ONGs, alguns movimentos tão fazendo na prática, sem esperar que exista uma Política, o Estado nas suas três instâncias não faz. Até tem planos, mobiliza pessoas, tem recursos, mas os Planos morrem, se acabam. Então assim, é um conflito, aliás, nem tem conflito, é uma contradição, não sei o que eu chamo, mas até seria bom que tivesse um conflito, uma pressão, seria excelente se tivesse uma pressão, uma disputa aí, um debate, não tem! A sociedade civil foi lá e participou, mas depois se calou. Tá fazendo na prática porque vem as ações do Centro Sabiá, vem as ações do Cecor, vem algumas

ações pontuais da Universidade, vem alguns cursos, vem algo do Projeto Dom Helder Câmara, vem uma coisa, vem outra coisa, mas não tem aquela coisa mesmo: estamos numa dinâmica de convivência com o semiárido, prefeitura municipal de Serra Talhada, mais o Itep, mais o Sebrae, mais a Universidade, mais as faculdades particulares, não existe isso, na prática, digo. Então por isso que eu tô mais aproximado das ONGs; as ONGs é que vão tocando, né, vão tocando. O P1MC colabora muito porque tem os recursos, pra mobilizar, pra capacitar, o Programa Uma Terra e Duas Águas, vem recurso do Pernambuco mais Produtivo, vem recursos de outros, da Cooperação, da Fundação Banco do Brasil, vão tocando, mas não é uma coisa assim, uma confluência entre movimentos sociais, ONGs e prefeituras, dando as mãos e levando, independente de quem votou em quem, levando adiante dentro de planos municipais. Não, não existe. Nem aqui, nem em Triunfo, em canto nenhum eu vejo isso” (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Campus de Serra Talhada, entrevista realizada em novembro de 2014).

As sistematizações e problematizações ressaltadas na Conferência baseadas no que foi resolvido nas Pré-Conferências parecem ter tido efeito prático muito mais enquanto estratégia política e simbólica, enunciando formas de *bons princípios de visão e divisão do mundo social*, proferidas pelo Estado, do que enquanto estratégia de consolidação e implementação das demandas dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Como exemplo, podemos indicar que houve (ou está havendo) certa omissão da Secretaria em trazer para o campo prático as discussões desenvolvidas nas conferências. O Plano Municipal discutido na “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido”, ocorrida em março de 2014, nem sequer estava em posse da Secretaria, tornando em vão o esforço da sociedade civil, servindo apenas como justificativa discursiva para as suas ações.

Assim, a convivência com o semiárido trabalhada no Plano Municipal parece estar associada a uma dimensão política, que se expressa no exercício da governamentalidade de uma racionalidade política modernizada que tange os espaços públicos de participação da sociedade civil, mas desemboca no interesse do próprio Estado, ou seja, em um projeto político de modernização e desenvolvimento, conforme assinala Cunha e Paulino (2014). Nesse sentido, mais do que permeabilizar uma ação do Estado para com a demanda da sociedade civil, o Plano significaria o acesso a um capital político valioso, baseado na crença de que um avanço político estaria se configurando (BOURDIEU, 2011a).

Na proposta de análise do campo político de Bourdieu (2011a,b), observamos a conquista do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido como um jogo político em que princípios de visão e divisão do mundo social compreendem as lutas simbólicas nele travadas. Como analisa Pierre Bourdieu, “A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (BOURDIEU, 2011b, p. 203). Nesse sentido, a convivência com o semiárido representa uma ideia-força poderosa no âmbito do governo municipal, capaz de mobilizar um capital político ligado à notoriedade e à reputação, gerando um campo de disputas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social. Os atores, dotados de poderes desiguais, possuem um objetivo comum, o poder sobre o Estado, que em certa medida põe fim à luta política, por meio de um caráter de verdade do Estado oficial (BOURDIEU, 2011b). Podemos enxergar nas entrevistas um pouco dessa discussão:

Pesquisadora: “E por que você acha que Serra Talhada já entrou como pioneira nesse plano municipal?”

Prefeito: “É pioneira porque nós fundamos, nós fizemos, nós iniciamos a discussão, nós fizemos várias conferências e formatamos o primeiro plano de convivência. A partir daí, passamos a adotar como prática algumas metodologias de convivência. É só fazer parte de política pública dentro do governo não é, esse plano de convivência? (...). Tava dentro do eixo de desenvolvimento que nós queríamos adotar dentro do governo, não é, se por ventura fôssemos eleitos. Como chegamos, a gente colocou como prioridade” (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Nesse campo, o fazer política se reduz a fazer planos governamentais de intervenção, configurando uma cultura de planejamento baseada na crença de que elaborar planos significaria um avanço nas decisões e ações, como se o futuro já estivesse no controle prático (OLIVEIRA, 2006). Chegar à realização de uma “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” já implicaria em uma concepção automática de que a convivência com o semiárido é trabalhada pelo município. No entanto, a convivência serviu de forma discursiva para justificar até mesmo ações que em outro momento seriam denominadas de combate à seca. De acordo com o coordenador do Cecor, ONG de referência no município, temos a seguinte reflexão:

Pesquisadora. “E como que tá acontecendo a apropriação da temática da convivência com o semiárido pelo Estado?”

Coordenador. “Há dificuldades. Mesmo em gestores mais sensíveis, no seu meio ainda assim se tem a perspectiva do combate à seca. Então nós temos nos governos pensamentos hoje divididos, um que uma lógica de combate à seca permanece, que é uma herança de governos anteriores à história do país. Mas já tem também nesse meio pensamentos diferentes de combate à seca com a lógica de convivência mais com o semiárido. Mas nós acreditamos que isso é um desafio que vamos continuar discutindo e aprofundando. Isso por muitos anos ainda” (Coordenador do Cecor, entrevista realizada em setembro de 2014).

O maior problema desse processo reside no fato de que o discurso da convivência se desenvolve de modo ambíguo, que supõe um projeto político de modernização e desenvolvimento do semiárido, reproduzido no âmago da *confluência perversa* de dois projetos políticos distintos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre a sociedade civil e o Estado assumido pela convivência com o semiárido chega ao município de Serra Talhada por meio de um Plano Municipal. Para nós, e para a sociedade civil em cena, esse processo significaria um avanço no que tange à consolidação do paradigma da convivência. Uma (re)definição das práticas de intervenção pública, estatal ou não estatal seria demandada, fazendo com que as ações dos atores confluíssem na implementação de um Plano capaz de colocar em prática, na arena municipal, o experimentalismo institucional enfatizado por Diniz (2007). No entanto, para a superação da sujeição política, representada por práticas clientelistas ainda pertinentes, ainda temos muito caminho pela frente.

Temos de fato um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada, experimentando uma relação, mesmo que conflituosa entre Estado e sociedade civil. No entanto, seus papéis ainda compreendem um jogo de disputa que se dá em um campo político dotado de intencionalidades. Dessa forma, o significado político da convivência com o semiárido parece representar um esforço de mobilização e justificação das ações do Estado, aqui reduzido à Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, desenvolvido em uma relação tensa e perversa capaz de reproduzir práticas modernizadas, mas consideradas pela própria literatura da convivência como antagonicas.

A categoria *confluência perversa* de Evelina Dagnino (2002; 2004) é utilizada neste trabalho para expressar a conflitualidade em que a convivência com o semiárido se desenvolve no nosso campo empírico, a partir do momento que o discurso da convivência tenciona uma relação com o paradigma da sustentabilidade, buscando superar concepções de modernização econômica do semiárido, constantemente relacionadas às políticas de combate à seca, mas na prática da implementação de um Plano Municipal, fica à mercê do clientelismo político. A perversidade aqui é demonstrada na confluência de um projeto político participativo, que pretende o protagonismo da sociedade civil, com um projeto político de modernização e desenvolvimento do semiárido, capaz de demandar ações típicas de combate à seca como formas de convivência com o semiárido.

Do protagonismo da sociedade civil para o protagonismo do Estado; das tecnologias alternativas e sociais, do manejo sustentável da Caatinga, do manejo agroecológico, da educação contextualizada, da democratização da água e da terra, enfatizados pelo discurso da convivência, de acordo com Silva (2006; 2007), a convivência com o semiárido pode ser materializada como um projeto de modernização gestado pelo Estado, baseado em práticas modernizadoras e produtivistas, capazes de manter relações clientelistas orientadas para o agronegócio. O deslocamento semântico das políticas de combate à seca para as de convivência com o semiárido se torna automático, indicando um campo ambíguo que constitui um projeto político de modernização pela via institucional.

A crença em um Plano de Convivência com o Semiárido pode significar um capital político valioso na projeção de prestígio da gestão municipal de Serra Talhada. Mas também significa que o sistema democrático vigente ainda compreende um desafio; reduzir o fazer política para o fazer planos estatais, sem uma preocupação maior com a efetividade da sua implementação, faz com que a confluência perversa destacada por este trabalho continue servindo a projetos de modernização e desenvolvimento

típicos do combate à seca, ante a reconfiguração de velhas práticas neoliberais de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Dessa maneira, a manutenção de políticas de combate à seca vai continuar sendo mobilizada, enquanto o Estado não for capaz de abdicar do seu monopólio de poder para tomar decisões e compartilhá-la com a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte da tese de doutorado da primeira autora, intitulada “Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido na agricultura familiar do sertão de Pernambuco (Brasil)”, que contou com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

NOTA

¹A definição adotada para a sociedade civil e o Estado está referida ao nosso campo empírico, como estratégia de cunho metodológico. Nesse sentido, nossa orientação considera sociedade civil como tudo aquilo que não é Estado, a exemplo das ONGs, movimentos sociais, fóruns, conselhos municipais, sindicatos, pesquisadores e agricultores. O Estado vai compreender as três dimensões do governo federal, estadual e municipal, de gestão, controle e organização de um território e população, através do exercício da burocracia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. J. F. de; SILVA, M. M. da. *Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro*. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 14, n. 46, p. 246-264, jun. 2013.

ARRETCHE, M. T. da S. *Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas*. In: BARREIRA, M. C. R. M.; CARVALHO, M. do. B. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 43-55.

BOURDIEU, P. *O campo político*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./ jul. 2011b.

_____. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

_____. *Sobre o Estado*. 1. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

CUNHA, L. H.; PAULINO, J. S. *Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste?* In: NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (Org.) *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 27-58.

DAGNINO, E. *Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva*. In: GRIMSON, A. (Ed.). *La cultura em las crisis latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 195-216.

_____. *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: _____. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAGNINO, E.; TEIXEIRA, A. C. C. *The participation of civil society in Lula's government*. Journal of Politics in Latin America, v. 6, n. 3, p. 39-66, 2014.

DINIZ, P. C. O. *Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil*. Experiências no semiárido. 2007. 237 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2007.

DINIZ, P. C. O.; PIRAUX, M. *Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro*. Cadernos de Estudos Sociais, v. 26, n. 2, p. 227-238, jul./dez. 2011.

DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. *Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas*. Recife, março de 2013.

FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA – FÓRUM SECA: *Projeto Consolidação do Fórum Seca*. Recife, 12 de junho de 1991.

FÓRUM NORDESTE. *AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SEMIÁRIDO BRASILEIRO*. Propostas da sociedade civil. Recife, 10 a 13 de maio de 1993. (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261390&idtema=16&search=pernambuco|serra-talhada|censo-demografico-2010:-sinopse->

OLIVEIRA, J. A. P. de. *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas*. Revista de Administração Pública, RAP, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-288, mar./abr. 2006.

RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1989 a 1996. Recife, março, 1997.

SILVA, R. M. A. da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática*. Revista Econômica do Nordeste, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul/set. 2007.

_____. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 2006. 289 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.